



| Bolsas             | Pontuação B3              | Dólar                                                            | Salário mínimo | Euro                            | CDI    | CDB                        | Inflação                                                                                             |
|--------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------|--------|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Na terça-feira     | Ibovespa nos últimos dias | Na terça-feira                                                   |                | Comercial, venda na terça-feira | Ao ano | Prefixado 30 dias (ao ano) | IPCA do IBGE (em %)                                                                                  |
| 0,26%<br>São Paulo | 110.108                   | R\$ 4,972<br>(+ 0,03%)                                           | R\$ 1.320      | R\$ 5,354                       | 13,65% | 13,65%                     | Dezembro/2022 0,62<br>Janeiro/2023 0,53<br>Fevereiro/2023 0,84<br>Março/2023 0,71<br>Abril/2023 0,61 |
| 0,69%<br>Nova York | 18/5 19/5 22/5 23/5       | 17/maio 4,934<br>18/maio 4,968<br>19/maio 4,996<br>22/maio 4,971 |                |                                 |        |                            |                                                                                                      |

PREVIDÊNCIA

Mais de um milhão de trabalhadores aguardam por avaliação médica ou outras exigências para receber benefícios do INSS

Fila da perícia não anda e segurados reclamam

» FERNANDA STRICKLAND  
» HENRIQUE LESSA

Com 1,8 milhão de pedidos na fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a demora pela concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) chega, em alguns casos, a mais de um ano, entre a espera por perícias e novas exigências. A situação amplia o sofrimento de quem já passa por problemas de saúde e está impossibilitado de trabalhar para buscar o próprio sustento.

Os problemas não são recentes. Com a promessa do ministro da Previdência, Carlos Lupi, de reduzir a espera na fila para até 45 dias até o fim deste ano, o **Correio** ouviu, em uma série de quatro reportagens, segurados, médicos peritos e o presidente do INSS para entender como o país vai superar o problema dos pedidos represados.

Das pessoas que estão na fila, mais de 1 milhão aguardam a agenda da perícia médica federal. São trabalhadores que, doentes, com incapacidades temporárias ou permanentes, sofrem com uma espera ainda mais dolorosa, depois de ter contribuído por anos com a Previdência, e só esperam o reconhecimento de um direito.

É o caso da cozinheira Rose Cler Ferreira Silva, 61 anos, moradora de Brasília. Ela conta que entrou na fila do INSS há um ano e cinco meses. “Eu estou na fila porque não posso trabalhar. Tudo começou quando eu trabalhava em um restaurante e ficava muito tempo em pé. Por causa disso, tive um derrame muscular nos dois joelhos e a perda da cartilagem. De acordo com o laudo médico, meu caso é irreversível”, contou a cozinheira.

Rose Cler sustenta que os peritos não são verdadeiros nas avaliações que fazem. “Se passamos por uma consulta com eles, e tem um laudo de um profissional da área, por que dizem que o paciente tem condições de trabalhar? Eles têm consciência de que isso não é possível, mas indeferem o pedido”, afirmou.

“Imagino que isso aconteça devido às fraudes que

Arquivo pessoal



Arquivo pessoal



aconteceram no INSS, mas nós, que precisamos, somos prejudicados. Melhoraria muito se eles (médicos peritos) fossem mais conscientes nas avaliações, agindo com misericórdia diante daqueles que realmente precisam”, opinou Rose Cler.

A cozinheira diz que, na agência do INSS em que foi atendida, conheceu pessoas que não pareciam precisar da aposentadoria por invalidez (benefício

de incapacidade permanente), mas, mesmo assim conseguiram. Por outro lado, aponta que muitos dos que precisam não conseguem sair da fila.

“Infelizmente, não consegui ver nada de positivo diante da minha situação e de outras pessoas que conheço. Meu irmão, por exemplo, trabalhou 35 anos e não conseguiu ainda se aposentar, porque o requerimento ainda está em análise. Até quando

vamos passar por isso?”, questionou. “É uma pena que, por causa de algumas pessoas de mau caráter, quem realmente precisa é que acaba pagando”, disse.

O almoxarife Gabriel de Souza Melo, 28 anos, de Brasília, contou que foi afastado pelo INSS, devido a ansiedade. “Eu sofro de ansiedade há um tempo, e tenho crises muito fortes. Fui afastado do trabalho porque sofri uma crise durante



Se passamos por uma consulta com eles, e tem um laudo de um profissional da área, por que dizem que o paciente tem condições de trabalhar? Eles têm consciência de que isso não é possível, mas indeferem o pedido”

Rose Cler Ferreira Silva, cozinheira



Não ficou clara a razão pela qual não foi considerado o meu enquadramento dentro das regras. Aí, eu entrei pela segunda vez com o pedido. Estou na fila, aguardando a análise. O status 'em análise' já dura dois anos e três meses”

Eliezer Andrade, ferroviário

situação”, afirmou. “Eu acho que o INSS foi criado para ajudar as pessoas em situações em que são afastadas do trabalho por conta de doenças. Porém, chegou a um ponto onde ele mais atrapalha do que ajuda com essa demora em conseguir perícia, ou mesmo conseguir um simples agendamento”, reclamou.

Insalubridade

Atuando na manutenção ferroviária por 33 anos, Eliezer Andrade, 55 anos, também relata que espera pela perícia médica para conseguir se aposentar. “Eu ingressei no mercado de trabalho logo após a minha formação técnica. Na minha área, a perspectiva de tempo de serviço, por se tratar de uma área insalubre, é de 25 anos. É quando o profissional já deveria poder se aposentar”, relatou.

Andrade disse que, na pandemia, houve uma grande redução dos postos de trabalho na área. Foi quando começou a buscar o direito de se aposentar. “Nessa época, procurei um advogado e, de acordo com o ele, eu tenho o direito. No primeiro momento, eu tive um retorno, mas não ficou clara a razão pela qual não foi considerado o meu enquadramento dentro das regras. Aí, eu entrei pela segunda vez com o pedido”, contou. “Como eu não posso ficar sem trabalhar, fiquei na expectativa, porém, ainda trabalhando, o que pode piorar meu estado de saúde”, preocupa-se o ferroviário.

Eliezer Andrade contou que deu entrada no último pedido em 26 de fevereiro de 2021. “Estou na fila, aguardando a análise. O status “em análise” já dura dois anos e três meses”, reclamou.

Para garantir o direito à aposentadoria especial em função da periculosidade, o ferroviário disse que foi encaminhado para a perícia médica para uma análise do seu quadro de saúde. “Independentemente da ação do médico perito, todo processo do INSS é muito burocrático e tendencioso, no sentido de fazer com que não dê certo, levando, assim, tudo de volta à estaca zero”, reclamou Andrade.

o serviço, e isso acarretou no meu afastamento. Depois, acabei sendo encostado pelo INSS para que pudesse controlar as minhas crises”, explicou.

Agora, Melo espera pela perícia para voltar a trabalhar. “Estou há dois meses esperando para ser atendido. Preciso ser avaliado, porque ficar sem receber é difícil. São dois meses em casa, e para uma pessoa que sofre de ansiedade, isso acaba piorando a

ORÇAMENTO

Disputa CNC-Embratur na pauta do Senado

» VICTOR CORREIA

O Senado Federal deve votar hoje a Medida Provisória (MP) que transfere recursos do Sesc e do Senac para financiar a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur). A matéria foi incluída na pauta após o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retirá-la de votação na quarta passada em meio ao impasse entre a agência e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que administra os dois órgãos do Sistema S.

A MP foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para financiar a agência, e

deve ser aprovada pelo Congresso Nacional até 30 de maio, terça-feira que vem, para não perder a validade. O texto prevê a transferência de 5% da arrecadação dos órgãos para custear a Embratur, um valor estimado em pouco menos de R\$ 500 milhões.

Após pressão da CNC contra a medida, que incluiu protestos em frente ao Congresso, pelo menos 27 senadores, principalmente da oposição, apresentaram pedidos para remover os trechos da MP que permitem o repasse de recursos. A entidade argumenta que a transferência do valor pode levar ao fechamento de unidades do Sesc e Senac e a perda de milhares de empregos.

Integrantes da Embratur ouvidos sob reserva calculam que, até o fim da tarde de segunda, havia 35 votos a favor e 35 votos contra o dispositivo, um total de 70 dos 81 senadores. O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, passou os últimos dias em contatos com parlamentares para angariar votos. Ele chegou a apresentar uma proposta para fixar o repasse em R\$ 300 milhões, que não foi aceita.

“Infelizmente não houve do outro lado disposição para o diálogo. Seguimos conversando com os senadores e confiantes na aprovação”, disse Freixo ao **Correio**. Segundo ele, o repasse “é dinheiro que hoje está investido em

especulação financeira e imobiliária, e vai ser utilizado para trazer turistas estrangeiros, que vão consumir nossos serviços e comércio”.

Mesmo que haja derrota no Senado, membros da agência acreditam em vitória na Câmara dos Deputados. Em sua primeira passagem pela Casa, o texto teve como fiador o presidente Arthur Lira (PP-AL), e o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) atuando na articulação. A expectativa é de que, caso seja retirado do texto pelos senadores, o repasse será incluído pelos deputados.

A CNC, por outro lado, declarou que está disposta a ir “até a última instância” para evitar o repasse. “Em momento nenhum, Freixo

Sesc/Divulgação



Protesto diante do Congresso: Sistema S alega que terá de cortar ações

procurou a CNC para entender o Sistema e as verbas que são provisionadas, tanto para a manutenção das estruturas quanto para custeio e ampliações em curso.

Pelo contrário, de forma sorrateira e arbitrária, orquestrou a inserção desse jabuti na discussão”, criticou o presidente da confederação, José Roberto Tardos.